



**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016**

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, sita na Rua Francisco Zanotto, nº 600, nesta Cidade, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.028.639/0001-02, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. Gilmar José Pauletti com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei nº 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial pelo MENOR PREÇO POR ITEM cuja **abertura** acontecerá às **10:00h do dia 12 de fevereiro de 2016**, sendo que os envelopes contendo habilitação e proposta de Preços, deverão ser entregues até às **09h45min do mesmo dia**, na Secretaria de Administração, junto ao Departamento de Compras/Licitações, onde serão abertas as propostas referentes a este Pregão Presencial, de conformidade com as seguintes condições.

**01 - DO OBJETO**

1.1 - A presente Licitação tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET E INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET FULL 30 MBPS (FIXO 30MB Download e 30MB Upload) EM FIBRA ÓTICA COM 99% GARANTIA DE BANDA, IP Fixo Disponível, PARA UTILIZAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA.

1.2 Valor Máximo Mensal R\$: 1.700,00 (Um mil e setecentos reais)

1.3 – Observação: O presente Processo Licitatório é destinado à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), de acordo com o Art. 48, Inciso I, da Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, não havendo 03 (três) microempresas e empresas de pequeno porte o mesmo seguirá com as demais empresas participantes.

**02 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

2.1 – A Proposta e os Documentos exigidos deverão ser entregues e protocolados com a comissão de Pregão junto à sala de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Francisco Zanotto, 600 – Palma Sola, na data da abertura **até às 09:45min do dia 12 de fevereiro de 2016**, em dois envelopes lacrados, denominados, respectivamente de nº 01 – PROPOSTA e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO;

2.2 – Os envelopes deverão estar lacrados e indevassáveis, com a seguinte inscrição:

**Razão Social (Nome) da empresa Licitante:**



**À Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC.**

**Processo de Licitação Nº. 08/2016**

**Pregão Presencial Nº. 05/2016**

**Denominação do envelope:**

**Envelope nº. 01 – Proposta de Preços.**

**Envelope nº. 02 – Documentos de Habilitação.**

### **03 – DO CREDENCIAMENTO**

3.1 – O credenciamento deverá ser realizado no dia marcado para a abertura da licitação até as **09:45min**, conforme previsto no preâmbulo deste edital, quando os representantes das empresas licitantes deverão apresentar a Pregoeira documento que comprove a existência dos poderes necessários para representar a empresa, formular propostas verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame;

3.2 – Deverão ser apresentados no ato do credenciamento, **apartado dos envelopes, em 01 (uma) via original ou cópia autenticada em cartório,** os seguintes documentos:

3.2.1 – Se tratando do responsável legal da empresa (diretor ou sócio): Apresentar **obrigatoriamente**, cópia autenticada do Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social) consolidado ou acompanhada das alterações posteriores, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, em se tratando de Sociedades Comerciais, devendo, no caso de Sociedades por Ações, estar acompanhado da ata da assembléia da última eleição dos administradores e no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações e prova dos administradores em exercício e cópia da Cédula de Identidade e CPF;

3.2.2 – Se tratando de representante constituído (procurador): Apresentar **obrigatoriamente**, cópia autenticada do Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social) consolidado ou acompanhado das alterações posteriores, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, em se tratando de Sociedades Comerciais, devendo, no caso de Sociedades por Ações, estar acompanhado da ata da assembléia da última eleição dos administradores e no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações e prova dos administradores em exercício, procuração com firma reconhecida em cartório dando poderes para praticar todos os atos inerentes ao pregão, em especial formular propostas e lances, firmar acordos, interpor ou desistir de recursos devidamente assinada e cópia da Cédula de Identidade e CPF do procurador;

3.3 – Declaração de aceitação das condições do presente Edital, sem restrições de qualquer natureza, e que se vencedora fornecerá o objeto desta licitação pelo preço proposto e de ciência que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme Artº. 4º, Inciso VII da Lei nº 10.520/02 **(Modelo constante no Anexo II);**

3.4 – As microempresas e empresas de pequeno porte, que tenham interesse em participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei



Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes:

3.4.1 – A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

3.4.1.1 – Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, no caso de querer utilizar-se dos benefícios da Lei, ao contrário dispensa-se a apresentação da mesma. A Certidão somente será considerada válida quando emitida dentro do ano corrente;

3.4.1.2 – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no caso de querer utilizar-se dos benefícios da Lei nº 123/2006, ao contrário dispensa-se a apresentação da mesma **(Modelo constante no Anexo III)**;

3.4.2 – A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme solicitado no item 3.4 e seus subitens não terão direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006.

3.5 – Apenas a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para este efeito, apenas 01 (um) representante por licitante interessada;

3.6 – Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante;

3.7 – A não comprovação de que o interessado possui poderes para representar a licitante no certame bem como a não apresentação ou incorreção de algum documento de credenciamento, e ainda, o não credenciamento ou a ausência de credenciado implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, participando do certame tão somente com sua proposta escrita;

3.8 – Ultrapassado o prazo acima previsto, estará encerrado o credenciamento bem como o recebimento dos envelopes e, por conseqüência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

#### **04 – DA PROPOSTA**

4.1 – A Proposta deverá obedecer rigorosamente os termos deste Edital, não sendo considerada aquela que apresentar divergências com o objeto da licitação ou fizer referência a propostas de concorrentes, implicando na sua imediata rejeição;

4.2 – A Proposta deverá ser elaborada de acordo com as diretrizes estabelecidas neste Edital, que atendam ao objeto da licitação, seus preços unitários em algarismos;



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Palma Sola**

4.3 – A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas devidamente assinada pelo representante legal da empresa, devendo contar as seguintes informações:

- a) Razão Social da empresa, endereços e nº do CNPJ da proponente;
- b) Valor Unitário por item, discriminados o valor total, em moeda corrente nacional, sendo admitidas até 02 (duas) casas decimais após a vírgula;
- c) Os produtos deverão ser cotados com MARCA, e descritos com as especificações necessárias para facilitar sua identificação com os requisitos constantes do edital.

4.4 – Será desclassificada a proposta em desconformidade com as diretrizes e especificações elencadas neste Edital, ou cujos preços sejam inexequíveis ou excessivos;

4.5 – A Validade da Proposta será validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega dos envelopes.

4.6 – A proposta que apresentar preço superior ao preço máximo estabelecido, de acordo com o Anexo I, será automaticamente desclassificado;

4.7 – A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente na reunião de abertura dos envelopes "Proposta" com poderes para esse fim.

4.8 – Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais. Serão corrigidos automaticamente pela Pregoeira quaisquer erros de soma e/ou multiplicação.

4.9 – Se a proposta for omissa em relação aos prazos de que trata o item 4.5 presumir-se-ão aceitos aqueles indicados neste Edital;

4.10 - A proposta deverá ser apresentada em uma via de papel, sem emendas ou rasuras sob pena de desclassificação.

## **05 – DA HABILITAÇÃO**

5.1 – A Documentação deverá ser apresentada no ENVELOPE nº 02, **em 01 (uma) via original ou cópia autenticada em cartório**, devendo constar os seguintes documentos de habilitação:

### **5.2 – Habilitação Jurídica:**

5.2.1 – Declaração do proponente de que não pesa contra si, Declaração de Idoneidade em função do disposto no art. 97 da Lei Federal 8.666/93 **(conforme Anexo IV)**;

5.2.2 – Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal **(conforme Anexo V)**;

5.2.3 – Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social) consolidado ou acompanhado das alterações posteriores, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, em se tratando de Sociedades Comerciais, devendo, no caso de Sociedades por Ações, estar acompanhado da ata da assembléia da



última eleição dos administradores e no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações e prova dos administradores em exercício, facultada a apresentação do mesmo.

### **5.3 – Habilitação Fiscal:**

5.3.1 – Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, (Divida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS) expedida pela Secretaria da Receita Federal;

5.3.2 – Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Estaduais, relativa ao Estado da sede da licitante, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

5.3.3 – Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede da licitante, expedida pela Fazenda Municipal;

5.3.4 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

5.3.5 – Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). Disponível no site <http://www.tst.jus.br/certidao>.

### **5.4 – Qualificação Econômico-Financeira:**

5.4.1 – Certidão Negativa de Falência e Concordata, em vigor, expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca da sede da pessoa jurídica;

5.4.2 – Os documentos expedidos pela internet deverão ser originais, vedada a cópia fotostática, reservado o direito de verificação pela Pregoeira;

5.4.3 – O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto será devolvido para a empresa, no final da sessão.

## **06 – DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO**

6.1 – No dia, hora e local designado neste edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, a Pregoeira receberá, em envelopes distintos, devidamente identificados, lacrados e protocolizados, os documentos exigidos para a habilitação e as propostas;

6.2 - Havendo remessa via postal dos documentos de credenciamento e envelopes de habilitação e proposta, a comissão de pregão credenciará a empresa, caso não haja representante legal presente na sessão até o horário marcado para início da abertura, a empresa não poderá participar da etapa de lances, permanecendo com sua proposta escrita.

6.3 – Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e propostas fora do prazo estabelecido neste edital;

6.4 – Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, a Pregoeira classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Palma Sola**

tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço;

6.5 – Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

6.6 – Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos preços;

6.7 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

6.8 – A Pregoeira convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

6.9 – É vedada a oferta de lance com vista ao empate;

6.10 – A desistência em apresentar lance, quando convocado pelo pregoeiro implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeitos de ordenação das propostas;

6.11 – Caso não seja realizado lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

6.12 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;

6.13 - Imediatamente após a etapa de lances, ocorrendo à participação de microempresa ou empresa de pequeno porte com entrega dos documentos previstos no item 3.4 e subitem, o Pregoeiro verificará a ocorrência de eventual empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.

6.13.1 - É considerado empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% superiores à proposta mais bem classificada não enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.14 - No caso de empate nos termos do item 6.13 e subitem, será oportunizado à microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 5 minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, sendo que, exercida a oportunidade a que se refere este subitem, sua proposta será classificada em 1º lugar.

6.14.1 - Verificando-se valores iguais nas propostas de microempresas e empresas de pequeno que estejam enquadradas na situação prevista no item 6.13 e subitem, a primeira a apresentar oferta será decidida por sorteio a ser realizado pelo Pregoeiro.



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Palma Sola**

6.14.2 - Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte recusar o benefício previsto no item 6.13, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.13 e subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.14.3 - Não verificada a hipótese prevista no item 6.13 ou não exercido o direito previsto no item 6.14, será classificada em 1º lugar a proposta originalmente vencedora do certame.

6.15 – Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quando ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;

6.16 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro procederá a abertura do envelope contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas neste edital;

6.17 – Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, cabendo, neste caso ao pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

6.18 – Nas situações previstas nos itens 6.11, 6.13 e 6.16, a pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

6.19 – Serão inabilitados os licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 05 deste Edital e de acordo com a declaração estabelecida no item 3.3, caso em que responderão pela declaração firmada;

6.20 – A data a ser considerada para a análise das condições de habilitação, na hipótese de haver outras sessões, será aquela estipulada para o recebimento dos envelopes, devendo, contudo, ser sanadas, anteriormente à contratação, quaisquer irregularidades a elas referentes, que se apresentarem após aquela data;

6.21 - Não serão motivos de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes, podendo ser sanáveis quando da presença do representante legal da empresa na sessão, para o atendimento do credenciamento, da proposta e da habilitação, que não venham causar prejuízo à Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

6.22 – O uso de telefone celular ou outro meio de comunicação durante a sessão de lances só será possível com a permissão da Pregoeira.

6.23 – Da sessão pública do pregão será lavada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos;



## **07 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

7.1 – O critério para julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atendidas às especificações constantes deste Edital.

## **08 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

8.1 – Declarado o vencedor, a pregoeira indagará aos licitantes quanto ao interesse em interpor recurso quando poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese de suas razões, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos;

8.2 – O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo;

8.3 – O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

8.4 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

8.5 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação;

8.6 – Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado junto ao Protocolo Central Município ou enviado via correio por AR ou Carta Registrada.

8.7 – Ocorrendo recursos, os mesmos serão examinados preliminarmente pela pregoeira designada para este fim, com ciência da autoridade competente.

## **09 – DAS PENALIDADES**

9.1 – Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93;

9.2 – No termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades;

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

c) Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

9.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará





impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

9.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais;

9.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

## **10 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

### **10.1 - Dos Recursos Orçamentários:**

10.1.1 - Os recursos orçamentários serão atendidos pela seguinte dotação do orçamento vigente:

(15) 03.01.2.003.3.3.90.39.58 – Aplicações Diversas. Serviços de Telecomunicações.

## **11– DA FORMA DE PAGAMENTO**

11.1 – Os pagamentos serão efetuados até o 12º dia do mês subsequente, mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.

11.2 – A Prefeitura não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.

11.3 – A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, descrição completa conforme a autorização de fornecimento, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, bem como informar os dados de CNPJ, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

## **12 – DA ENTREGA**

12.1 – A empresa deverá fornecer o acesso à internet, conforme objeto licitado, na Prefeitura Municipal de Palma Sola - SC, após a emissão de Autorização de Fornecimento, observando o preço contratado.

## **13 – DO REAJUSTAMENTO**

13.1 – O preço apresentado pela Empresa Licitante não será reajustado, durante a vigência deste contrato.

## **14 – DA VIGÊNCIA**



14.1 – O prazo de vigência do Contrato decorrente deste procedimento licitatório contado a partir da data de sua assinatura para o período de 12 meses.

14.2 – O contrato poderá ser aditado e prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e outras legislações pertinentes.

## **15 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1 – Fornecer o objeto ora licitado, na Prefeitura Municipal de Palma Sola, bem como, permitir o acompanhamento dos servidores que compõem as unidades setoriais de controle interno, responsáveis pela fiscalização do contrato;

15.2 – Entregar o objeto ora licitado com materiais de boa qualidade e em caso de detectados problemas com o material entregue a empresa deverá realizar a troca do mesmo imediatamente sem ônus ao município;

15.3 – Permitir que os prepostos do município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento do objeto ora licitados;

15.4 – Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre o andamento do objeto ora licitados;

15.5 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, próprios e de seus funcionários;

15.6 – O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a EMPRESA colocar para o andamento do objeto ora licitados;

15.7 – É da EMPRESA a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre o material contratado;

15.8 – Responsabilizar-se pelos danos que possam afetar o município ou a terceiros, durante o andamento do objeto ora licitado;

15.9 – É de responsabilidade da empresa a entrega do objeto ora licitado, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma.

15.10 – É de responsabilidade da empresa todas as despesas transporte e outras despesas referentes à entrega do material ora licitados.

## **16 – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

16.1 – Ao MUNICÍPIO de Palma Sola constituem as seguintes obrigações:

16.1.1 - Efetuar o pagamento ajustado;

16.1.2 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;

16.1.3 - Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitado os direitos do contratado;

16.1.4 - Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 Lei 8.666/93;

16.1.5 - Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.



## **17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

17.1 – O Contrato decorrente deste processo licitatório, não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a EMPRESA colocar na entrega do objeto;

17.2 – Se a empresa homologada dentro dos prazos legais, não tiver condições para a celebração do Contrato, será adjudicada a próxima classificação no certame, desde que não seja permitida nova licitação em razão do relevante interesse público municipal;

17.3 – O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, a qualquer momento, atendendo a oportunidade e conveniência administrativa, não recebendo a contratada qualquer valor a título de indenização pela unilateral rescisão;

17.4 – As omissões do presente Edital serão preenchidas pelos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

17.5 – É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer;

17.6 – Após declarado vencedor, a Pregoeira adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pelo Prefeito;

17.7 – O Prefeito reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, nos casos previstos em Lei, ou de homologar o seu objeto no todo ou em parte, por conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que, com isso caiba aos proponentes o direito de indenização ou reclamação de qualquer natureza;

17.8 – Os licitantes poderão obter informações com relação ao presente Edital no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, na Rua Francisco Zanotto, 600, pelo fone (0xx49 – 3652-3200), de segunda a sexta-feira, no horário de expediente e retirar o edital na íntegra no site da prefeitura – [www.palmasola.sc.gov.br](http://www.palmasola.sc.gov.br);

17.9 – Fazem parte do presente Edital:

Anexo I – Relação dos itens para proposta;

Anexo II – Declaração de Habilitação e aceitação do edital;

Anexo III – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo IV – Declaração de Idoneidade;

Anexo V – Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII; e,

Anexo VI – Minuta de Contrato.

## **18 – DO FORO**

18 – Todas as controvérsias ou reclames relativos ao presente processo licitatório serão resolvidos pela Comissão, Administrativamente, ou no Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira – SC, se for o caso.



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Palma Sola**

Palma Sola – SC, 22 de janeiro de 2016.

Gilmar José Pauletti  
Prefeito em Exercício

Pablo Souza  
OAB/RS-81174  
Procurador



**ANEXO I**

A presente Licitação tem por objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de acesso a internet e instalação de link de internet full-20 MBPS (público fixo 20 MBPS-DW-UP) em fibra ótica com 99% garantia de banda, para utilização na Prefeitura Municipal de Palma Sola, sendo:

<b>Item Nº</b>	<b>Quantidade/ Mês</b>	<b>Especificação do Objeto</b>	<b>VLR. Máx/ Mês R\$:</b>	<b>Valor Máximo Total R\$:</b>
01	11,5	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET E INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET FULL 30 MBPS (FIXO 30MB Download e 30MB Upload) EM FIBRA ÓTICA COM 99% GARANTIA DE BANDA, IP Fixo Disponível, PARA UTILIZAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA.	1.700,00	19.550,00



**ANEXO II**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016**

**DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E ACEITAÇÃO DO EDITAL**

A empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº....., licitante no presente processo licitatório, promovido pelo Município de São Miguel do Oeste- SC, declara, por meio de seu representante, Sr (a)....., que está regular com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, com a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como que atende a todas as exigências de habilitação constantes no edital do referido certame e que aceita as condições do presente edital, sem restrições de qualquer natureza, e que se vencedora fornecerá o objeto desta licitação pelo preço proposto.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da Empresa.



**ANEXO III**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Declaramos, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no edital, que a empresa....., inscrita no CNPJ nº ....., por meio de seu representante legal, ser MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos do enquadramento previsto na lei complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, cujos termos declaramos conhecer.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do Administrador da Empresa (Procurador)

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do contador responsável pela empresa

CRC:.....



**ANEXO IV**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016**

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de Pregão Presencial, instaurado por esse órgão público, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_

Nome completo do(s) representante(s) legal(is) da Empresa.





**ANEXO V**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016**

**DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES**

(Razão Social da Empresa)

\_\_\_\_\_  
CNPJ Nº \_\_\_\_\_, sediada na (endereço completo)

\_\_\_\_\_  
DECLARA para fins do disposto no Art. 27, V, da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/97, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Nome completo do(s) representante(s) legal(is) da Empresa.



**ANEXO VI**

**MINUTA DO CONTRATO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016**

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, sita na Rua Francisco Zanotto, 600, nesta Cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 83.028.639/0001-02, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal de Sr. ...., doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu Diretor ou representante legal o Sr. \_\_\_\_\_, a seguir denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Fornecimento que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, do Edital de Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº 05/2016 de 12 de fevereiro de 2016, e pelas condições que estipulam a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.3 - Este Contrato tem como origem o Pregão Presencial nº 73/2015, instaurada pela CONTRATANTE, objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET E INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET FULL 30 MBPS (FIXO 30MB Download e 30MB Upload) EM FIBRA ÓTICA COM 99% GARANTIA DE BANDA, IP Fixo Disponível, PARA UTILIZAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA A.F Nº .../2016.**

1.2 – Integram e completam o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital de Pregão Presencial nº 05/2016, bem como a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

2.1 -Pelos produtos ora adquirido, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, conforme abaixo discriminado:



2.2 – De acordo com a proposta vencedora no valor total de R\$ .....  
(.....), conforme as AF nº ...../2016 que passam a fazer parte integrante deste contrato, sendo que o valor mensal é de R\$:.....(.....).

### **CLAÚSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

#### **3.1 - Dos Recursos Orçamentários:**

3.1.1 - Os recursos orçamentários serão atendidos pela dotação do orçamento vigente – 2016.

(15) 03.01.2.003.3.3.90.39.58 – Aplicações Diversas. Serviços de Telecomunicações.

#### **3.2 - Dos Recursos Financeiros:**

Os recursos serão próprios do Município

### **CLAÚSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 – Os pagamentos serão efetuados até o 12º dia do mês subsequente, mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.

4.2 – A Prefeitura não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.

4.3 – A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, descrição completa conforme a autorização de fornecimento, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, bem como informar os dados de CNPJ, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO**

5.1 - O preço apresentado pela Empresa Licitante não será reajustado, durante a vigência deste contrato.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

6.1 - Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93.

6.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta;

III - Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.



6.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

6.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais;

6.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pagado ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### **CLÁUSULA SETIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencado no Art. 78 e seguinte da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

7.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, se sujeita a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

8.1 – O prazo de vigência do Contrato decorrente deste procedimento licitatório contado a partir da data de sua assinatura para o período de 12 meses.

8.2 – O contrato poderá ser aditado e prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e outras legislações pertinentes.

#### **CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA**

9.1 – A empresa deverá fornecer o acesso à internet, na Prefeitura de Palma Sola – SC, após a emissão de Autorização de Fornecimento, observando o preço contratado.

#### **CLÁUSULA DECIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 – Fornecer o objeto ora licitado, na Prefeitura do Município de Palma Sola, bem como, permitir o acompanhamento dos servidores que compõem as unidades setoriais de controle interno, responsáveis pela fiscalização do contrato;



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Palma Sola**

- 10.2 – Entregar o objeto ora licitado com materiais de boa qualidade e em caso de detectados problemas com o material entregue a empresa deverá realizar a troca do mesmo imediatamente sem ônus ao município;
- 10.3 – Permitir que os prepostos do município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento do andamento do objeto ora licitados;
- 10.4 – Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre o andamento do objeto ora licitados;
- 10.5 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, próprios e de seus funcionários;
- 10.6 – O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a EMPRESA colocar para o andamento ora licitados;
- 10.7 – É da EMPRESA a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre o material contratado;
- 10.8 – Responsabilizar-se pelos danos que possam afetar o município ou a terceiros, durante o andamento do objeto ora licitado;
- 10.9 – É de responsabilidade da empresa a entrega do objeto ora licitado, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma.
- 10.10 – É de responsabilidade da empresa todas as despesas transporte e outras despesas referentes à entrega do objeto ora licitados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.**

- 11.1 – Ao Município de Palma Sola- SC constituem as seguintes obrigações:
- 11.2 - Efetuar o pagamento ajustado;
- 11.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;
- 11.4 - Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitado os direitos do contratado;
- 11.5 - Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 Lei 8.666/93;
- 11.6 - Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 12.1 – O Contrato deverá ser assinado após a homologação do presente Processo Licitatório num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, junto a Prefeitura de Palma Sola SC, Secretaria Municipal de Administração;
- 12.2 – O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a EMPRESA colocar no serviço;
- 12.3 – Se a empresa homologada dentro dos prazos legais, não tiver condições para a celebração do Contrato, será adjudicada a próxima classificação no certame, desde que não seja permitida nova licitação em razão do relevante interesse público municipal;



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Palma Sola**

12.4 – O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal, a qualquer momento, atendendo a oportunidade e conveniência administrativa, não recebendo a contratada qualquer valor a título de indenização pela unilateral rescisão;

12.5 – As omissões do presente contrato serão preenchidas pelos termos da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1 – Para dirimir as questões decorrentes da execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegio ou especial que possa ser;

13.2 – E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas ou mais vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Palma Sola – SC, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 2016.

-----  
Prefeito Municipal  
Contratante

-----  
Nome da Empresa:  
CNPJ:  
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF: